



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

WADNA LIRA DE AZEVEDO

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DE NORTE
UMA VISÃO HISTORIOGRÁFICA ENTRE 1941 E 1947**

**NATAL / RN
2005**

WADNA LIRA DE AZEVEDO

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DE NORTE
UMA VISÃO HISTORIOGRÁFICA ENTRE 1941 E 1947**

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II do curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
sob orientação da professora Dra. Margarida
Maria Dias.

**NATAL / RN
2005**

À minha mãe, Dinalva Maria de Lira Azevedo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por servir de guia para o meu caminho e minha vida.

Aos meus pais e a meu irmão, por me ajudarem a crescer, seja nos bons ou maus momentos de nossas vidas.

A Jefferson, por ser tão compreensivo e me apoiar sempre em minhas decisões e indecisões.

À professora Margarida por ter aceito ser orientadora deste trabalho e, muitas vezes, sendo sua principal incentivadora.

À minha avó Maria Aparecida, que lutou bravamente pela minha vida e de minha mãe. E agora nós é que estamos lutando pela sua vida e contra o câncer.

A todos os meus familiares pela presença em minha vida.

A todos os meus amigos, cuja amizade conquistei no decorrer desses quase cinco anos cursando História.

Aos professores que passaram pela minha vida, que com seus ensinamentos contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

“Sejam quais forem suas crenças, lembre-se de que elas não passam de pensamentos, e pensamentos podem ser modificados.”

Louise L. Hay

RESUMO

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, também conhecido como “Casa da memória potiguar”, tem como meta desde sua criação escrever a história do Estado, por isso publica regularmente desde 1903 a *Revista do IHGRN*. Neste trabalho buscamos compreender em que consiste essa produção historiográfica no período entre 1941 e 1947, através dos temas selecionados pelos membros do Instituto e publicados na *Revista* e sua relação com o contexto histórico local. Além de buscarmos relacionar outros estudos históricos sobre o tema dos Institutos no Brasil, com a realidade do Instituto local, seja em termos estruturais ou intelectuais.

Palavras-chave: IHGRN, historiografia e história local.

RESUMEN

El Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, también conocido como la “Casa da memória potiguar”, tiene como meta desde su creación escribir la historia del Estado, por eso publica regularmente desde 1903 la *Revista do IHGRN*. En este trabajo buscamos comprender en que consiste esa producción historiográfica en el período de 1941 hasta 1947, a través de los temas seleccionados por los miembros del Instituto y publicados en la *Revista* y su relación con el contexto histórico local. Además de buscarnos relacionar otros estudios históricos acerca del tema de los Institutos en el Brasil, con la realidad del Instituto local, sea estructural o intelectualmente.

Palabras-llave: IHGRN, historiografía y historia-local.

SUMÁRIO

RESUMO	
RESUMEN	
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 VALOR E IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS DE HISTORIOGRAFIA	11
1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Identidade nacional	14
1.2 O estado atual da arte: Institutos Históricos e Geográficos	17
CAPÍTULO 2 O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE	19
CAPÍTULO 3 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA VISÃO HISTORIOGRÁFICA ENTRE 1941 E 1947	23
CAPÍTULO 4 ANÁLISE DE TEXTOS CONTIDOS NA REVISTA DO IHGRN: 1941 – 1947	32
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA	43
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma discussão sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a sua produção historiográfica durante os anos de 1941 e 1947. A *Revista do Instituto* é o instrumento de divulgação dessa historiografia local, razão pela qual nos propomos a pensar como se utiliza o passado para garantir a hegemonia dos grupos dominantes locais.

Partimos inicialmente de algumas considerações básicas sobre o próprio papel do historiador, já que é ele o responsável pela escolha do que sobrevive do passado e, conseqüentemente, suas escolhas estão ligados à sua concepção particular de mundo. “Também sabemos que o conhecimento produzido pelo historiador é provisório, à medida que um tratamento diferente ou a descoberta de novas fontes pode sugerir outras conclusões”¹. Sendo assim, a verdade historiográfica resultará da forma como o historiador trabalha as suas fontes e elabora seus problemas.

A delimitação que demos a este trabalho, isto é, a produção historiográfica do IHGRN entre 1941 e 1947, deu-se pelo fato de a cidade do Natal ter sido um dos palcos da II Guerra Mundial entre os anos de 1942 e 1945, e ter sofrido grandes transformações culturais, estruturais e econômicas. O que nos leva a questionar se o cotidiano da cidade, que passara a fazer parte de um dos maiores acontecimentos da história mundial, foi alvo de algum trabalho historiográfico, ou mesmo comentários, por parte dos membros do Instituto contemporaneamente à Segunda Guerra Mundial. Constatamos que, desde a década de 1940, foram muitos os historiadores que escreveram sobre esse período, mas não há trabalhos que se

¹ CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*. 2002. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife. p. 7.

proponham a fazer uma análise da produção historiográfica dos anos 40 no Rio Grande do Norte.

O que nos coloca diante uma questão: entendermos o processo de produção do conhecimento histórico no Rio Grande do Norte a partir do Instituto Histórico local. Por isso, tomamos como objeto de estudo a Revista do IHGRN, uma vez que ela congrega toda a seleção de temas tidos como de grande relevância para os membros da instituição. Estudando sua produção historiográfica buscamos identificar suas matrizes teóricas e seu significado para a história local.

Nosso trabalho é marcado por uma questão de caráter epistemológico, isto é, “trata-se de discutir a produção do conhecimento, bem como as formas de transmissão (divulgação) deste conhecimento histórico [...]: quem produziu, como produziu, o que e porquê de ter sido escrito e/ou reeditado”² pela comissão da Revista do IHGRN.

O tipo de discussão que objetivamos não é pioneira, mas é relativamente escassa no meio acadêmico. Contudo, usamos como base bibliográfica as obras que têm como alvo a produção historiográfica dos Institutos Históricos e Geográficos. Dentre as quais estão: *Nação e civilização nos trópicos*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, de Manuel Luis Salgado Guimarães; *Intrepda Ab Origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local, da professora Dra. Margarida Dias, e o artigo de Karla Menezes, *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907.

Sabendo que nosso trabalho necessitava uma discussão sobre temas como história, memória, historiografia, buscamos outros autores cujos argumentos nos auxiliassem na escrita

² CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*, p. 9.

de um texto sobre nosso objeto de pesquisa. Por isso, a leitura de algumas obras tornou-se obrigatória, como, por exemplo, Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*; Michel de Certeau, *A escrita da história*; Ângela de Castro Gomes, *História e historiadores*; Jacques Le Goff, *História e memória*; e Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*.

Após feitas todas as leituras que nos ajudariam a nortear os rumos de nosso trabalho, organizamos o texto em quatro capítulos, cada um deles composto por questões relativas à produção historiográfica do IHGRN. No primeiro capítulo, procuramos entender como se deu a produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde sua fundação, e entender a que este conhecimento histórico está condicionado.

No capítulo seguinte, buscamos fazer um levantamento do histórico do IHGRN, assim como um balanço do estudo de Karla Menezes e do próprio IHGRN nos dias atuais, enquanto que no terceiro capítulo, buscamos explicar o porque do recorte temporal e espacial de nosso trabalho, assim como a metodologia empregada durante a pesquisa. Já no último capítulo, objetivamos analisar alguns textos pré selecionados, contidos nos seis volumes da Revista do IHGRN correspondentes aos anos de 1941 e 1947.

Nas considerações finais procuramos mostrar que a nossa intenção não é criticar o IHGRN, mas sim buscar entender as circunstâncias que o levam a uma produção histórica factual e descritiva, mesmo em um período após a fundação das primeiras universidades brasileiras.

Assim como diz Luciano Candeia, “dessacralizar, eis, portanto, a nossa opção metodológica”³.

³ CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*, p. 15.

CAPÍTULO 1

VALOR E IMPORTÂNCIA DOS TRABALHOS DE HISTORIOGRAFIA

A história é uma ciência humana, isto é, uma ciência que necessita do julgamento intelectual para poder existir com efeito. E como tal, esta ciência é muitas vezes questionada em relação a sua legitimidade, pois a própria sociedade que a constrói tem um sentido extremamente prático e, conseqüentemente, objetivo.

Eis portanto que é tão comum o historiador ser questionado sobre essa legitimidade da história, especialmente no que se refere a para que serve a história. Entendemos que uma possível resposta a esse questionamento está relacionada a uma necessidade existente nas mais diversas sociedades, a qual diz respeito a afirmação de uma certa unidade ideológica capaz de homogeneizar, ou melhor, permitir a existência de vínculos entre os mais diferentes grupos humanos que habitem um determinado lugar em um tempo também determinado. Por tal motivo é que a operação historiográfica tem como alicerce o ofício do historiador, ou seja, a ligação das “idéias aos lugares”⁴.

Logo, a história servindo como instrumento de divulgação ideológica é posta sob vigilância. Especialmente no que tange a criação de uma história oficial⁵ de um determinado lugar, uma vez que

[...] o Estado e a sociedade não são os únicos a colocar a história sob vigilância, também o faz a sociedade, que, por sua vez, censura e autocensura qualquer análise que possa revelar suas interdições, seus lapsos, que possa comprometer a imagem que uma sociedade pretende dar de si mesma.⁶

⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1982. p. 65.

⁵ Quando tratamos de história oficial não estamos nos referindo a uma história nos moldes do positivismo. Mas, sim a uma história factual, descritiva e desprovida de análises profundas, ou seja, uma história que responda aos anseios da classe dominante.

⁶ FERRO, Marc apud DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine*: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996. p. 19.

Segundo a professora Margarida Dias, esse tipo de história dita factual e descritiva, e, ainda, desprovida de análises profundas, tem sido alvo de muitas críticas. Sendo por vezes

[...] vulgarmente denominada positivista, muitas vezes nem chegou a tal. Na realidade, toda historiografia factualista tem sido menosprezada, sem, contudo, essa atitude proceder de uma avaliação real do seu poder de influência, de suas ligações com políticas oficiais que monopolizam arquivos ou os deixam em mãos de particulares e mais ainda, sem saber até que ponto atende a determinados anseios da sociedade, sejam eles explicáveis por uma construção anterior do imaginários histórico, ou não.⁷

A construção do conhecimento histórico além de ser reflexo da sociedade que o produz, está diretamente relacionado à ideologia dos grupos sociais existentes, principalmente, da elite intelectual. Por isso, a produção historiográfica pode servir de parâmetro para uma análise mais profunda de aspectos relacionados a uma determinada sociedade, uma vez que “a prática histórica é relativa à estrutura da sociedade”⁸.

Dentro da história, enquanto ciência, temos um ramo específico para o estudo da história da produção historiográfica, a este ramo nomeamos de historiografia. De acordo com Carlos Guilherme Mota, “na comunidade dos historiadores de ofício, a história da Historiografia geralmente é considerada o mais difícil dos gêneros”⁹, dadas as suas características e implicações.

Logo, entendemos que estudos de historiografia:

[...] supõem o julgamento da obra de história [...] como resultado intelectual do confronto das concepções que uma sociedade tem sobre si mesma em um determinado

⁷ DIAS, Margarida. *Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. p. 19.

⁸ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. p. 74.

⁹ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977. p. 26.

momento vivido de seu percurso. Por esta circunstância, as condições históricas sob as quais a obra historiográfica foi produzida são tão importantes quanto as citações bibliográficas nela contidas.¹⁰

Portanto, qualquer trabalho, que se pretenda, de historiografia deve centrar-se na operação historiográfica como pensava Certeau, ou seja, deve pensar no que “o historiador ‘fabrica’ quando se torna escritor?”¹¹ Quais as circunstâncias em que está produzindo sua obra? Pois, apenas a partir desses pressupostos básicos é que se poderá realizar uma análise do conhecimento histórico construído.

Uma vez que a historiografia busca diferenciar *a história* de *uma história*, ou seja, busca desmistificar a *verdade historiográfica*, a qual, segundo Luciano Candeia:

[...] resulta do modo pelo qual o historiador, mais do que movido por seus interesses e/ou instituições que representa, atua de um lugar social específico e é deste lugar que seleciona seus problemas e constrói o seu objeto de estudo. O historiador, no seu ofício, seleciona os fatos classifica-os em função de suas necessidades presentes; interroga as fontes, objetivando responder às questões por ele formuladas. Nesse exercício, preocupado com o presente e com o futuro, procura construir a sua representação do passado.¹²

A desmistificação da história construída como sendo uma verdade deve dar-se através do entendimento de que o conhecimento histórico é, na realidade, uma construção de historiadores. Os quais possuem, e expressam através de seus trabalhos, valores ideológicos de pertencimento a um local social, a uma instituição, e até mesmo valores pessoais. Por isso, acreditamos que não se tem a construção de *a história*, mas sim a construção de *uma história*, isto é, de uma visão sobre a história.

¹⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119.

¹¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, p. 96.

¹² CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*, p. 7.

1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a identidade nacional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, tem ligação direta com o processo de consolidação do Estado Nacional Brasileiro.¹³ O que não é difícil de compreender, uma vez que durante o século XIX tem-se o processo de disciplinarização da história, no qual “o historiador perde o caráter de *homme de lettres* e adquire o estatuto de pesquisador”¹⁴. Assim, “a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional”¹⁵. Logo, “no século XIX, a historiografia foi definida como gênero literário, para depois ser elevada à categoria de conhecimento científico. Até hoje essas duas posturas estão presentes no discurso historiográfico, apesar de revestirem-se de novas roupagens”.¹⁶

Dessa forma, será incumbência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a tarefa de delinear a identidade da Nação brasileira. Vale salientar que a idéia de nação pretendida pela historiografia a ser produzida era de uma nação enquanto herança européia, e branca, que exclui da noção de civilização índios e negros. Logo, cria-se uma historiografia brasileira elitizante e, até mesmo, oligárquica, como frisa Carlos Guilherme Mota em seu livro *Ideologia da Cultura Brasileira*. Sendo assim, observamos que a Nação a ser traçada pelo IHGB deve “surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia”¹⁷.

¹³ “A idéia de criação de um instituto histórico é veiculada no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria (SAIN), criada em 1827 com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, e que se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros”. (GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p. 8, n. 1, 1988.)

¹⁴ *Ibid.*, p. 5.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. In: FREITAS, M. C. *Historiografia brasileira em perspectiva*, p. 120.

¹⁷ GUIMARÃES, M. L. S. *Op. cit.*, p. 7.

Logo, de acordo com Manuel Luis Salgado Guimarães, percebemos que

[...] ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos desse projeto de por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.¹⁸

Além disso, é importante frisar que, no caso brasileiro, os responsáveis pela produção historiográfica estavam ligados a uma “tradição iluminista”, isto é, os membros do IHGB eram escolhidos a partir de suas relações sociais, conseqüentemente, esse espaço intelectual brasileiro estava “vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”¹⁹. Para que se entenda melhor a constituição do quadro de membros do IHGB, basta que se faça, segundo Manuel Luis Salgado Guimarães,

Um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB (que) nos fornece uma amostra significativa do perfil intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. [...] A diversidade de origem social – o que nos leva a questioná-la como critério único definidor de uma prática tanto política quanto intelectual – é, contudo, nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho de Estado.²⁰

A partir de 1851, o IHGB passa por um processo de alargamento, consolidação e profissionalização, o que possibilita uma concepção mais ampla do projeto história nacional, a qual “deveria dar conta da totalidade, construindo a Nação em sua diversidade e

¹⁸ GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. p. 7.

¹⁹ *Ibid.*, p. 5.

²⁰ *Ibid.*, p. 9-10.

multiplicidade de aspectos”²¹. E nesses primeiros anos de trabalho, o IHGB mantém um freqüente contato com o Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, que fornecia os parâmetros de trabalho historiográfico à instituição brasileira. Por sua vez, ao se adotar uma base de trabalho semelhante à francesa, adotou-se também o incentivo à criação de sedes provinciais, que se encarregariam da coleta de documentos e da escrita de uma ‘história local’, as quais teriam como finalidade última fazer parte do IHGB sediado no Rio de Janeiro, capital do Império. Esse incentivo aos institutos locais se enquadra perfeitamente no projeto de integrar as regiões do Brasil, em fazer valer uma ‘unidade’ territorial e cultural a partir da institucionalização da historiografia no Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicava trimestralmente, desde sua fundação, a *Revista* do IHGB, que:

[...] além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da *Revista* se abrem às publicações de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas, de artigos, biografias e resenhas de obras.²²

Na realidade, essa revista era um instrumento intelectual para o estabelecimento e divulgação, mesmo entre a elite brasileira, de uma história oficial do Brasil. Cujos moldes estão centrados, particularmente, na apologia aos grandes nomes e personagens históricos do país, e na publicação de fontes primárias; assim como se fazia no Instituto Histórico de Paris, que servia de modelo teórico e metodológico para a instituição brasileira.

²¹ GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o*

1.2 O estado atual da arte: Institutos Históricos e Geográficos

Em termos de Institutos Históricos e Geográficos no Brasil, parece haver uma espécie de consenso entre os estudiosos da produção historiográfica dessas instituições. Pois, ainda hoje pode-se afirmar que o discurso historiográfico desses Institutos estão voltados para a produção de uma história oficial, seja do Brasil ou de algum Estado da federação. História essa, ainda, marcada pelo factualismo, pelo conservadorismo e por uma metodologia da pesquisa não mais compatível com a prática da pesquisa histórica acadêmica dos dias atuais.

Nos últimos anos, alguns historiadores têm tido a preocupação de estudar o discurso historiográfico dos Institutos Históricos. Dentre eles podemos destacar: Manoel Luis Salgado Guimarães, que trabalhou com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como sendo a instituição responsável, desde a época do Brasil Império, pela criação e desenvolvimento do projeto de uma história nacional; a professora Margarida Dias, que trabalhou com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano buscando fazer uma análise crítica da história da Paraíba construída pelo IHGP, isto é, de uma Paraíba uniforme, ímpar em relação aos outros Estados do país e progressista; João Alfredo Montenegro, que em seu livro *Historiografia do Instituto do Ceará* busca traçar um histórico da produção historiográfica dessa instituição, bem como tenta despertar nos intelectuais cearenses a idéia de que nos dias atuais é de fundamental importância que esse Instituto coopere com a Universidade Federal do Ceará para que se possa proporcionar um “avanço” na produção historiográfica daquele Estado.

No caso específico do Rio Grande do Norte temos Karla Menezes, que busca traçar em seu trabalho o perfil do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a partir da análise historiográfica da *Revista do Instituto* entre os anos de 1902 e 1907, correspondentes aos cinco primeiros anos de existência dessa instituição. Além do trabalho que está sendo desenvolvido por Sarah da Mata, que procura fazer uma análise da produção historiográfica

presente na *Revista do Instituto* na década de 1930 e se esta produção faz referência à *Intentona Comunista no Rio Grande do Norte*.

Logo, este trabalho de análise da produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do RN durante os anos de 1941 à 1947, é de relevância para a história do Estado por que busca entender como estava sendo escrita a história, dita oficial, do RN em um período de mudanças e transformações rápidas na sociedade, na cultura e na própria visão de mundo dos natalenses e potiguares, ocasionadas pela participação da cidade do Natal na campanha da II Guerra Mundial, como sede da maior base aérea norte-americana fora dos Estados Unidos a partir de 1942 até a data do armistício.

CAPÍTULO 2

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi criado em 29 de março de 1902, impulsionado por

[...] um litígio que colocara em risco os limites territoriais dessa unidade federativa. Foi propriamente a chamada 'Questão de Grossos' que fez os intelectuais norte-riograndenses perceberem a importância e o significado da instalação de uma instituição voltada para os estudos históricos e geográficos no e sobre o Estado²³.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte veio a ser um espaço para o desenvolvimento de pesquisas históricas e geográficas, facilitando e dando respaldo à manutenção da integridade territorial do Estado, especialmente no que diz respeito à 'Questão de Grossos', que envolvia a disputa pela posse da região de Grossos entre os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará.

Segundo Karla Menezes, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte não diferia nos objetivos traçados por seus estatutos em relação aos de outras instituições do gênero no país, dentre os quais podemos destacar a coleta, arquivo e publicação de documentos ligados a história, geografia, arqueologia e etnografia do Rio Grande do Norte. A partir desses objetivos iniciais, o IHGRN compôs um acervo documental, bibliográfico e museológico. Esse acervo documental refere-se, sobretudo, "à administração do Estado, onde atuavam grande parte de seus sócios e principais doadores na construção desse acervo"²⁴.

Assim como ocorria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto

²³ MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*, Natal, v. 3/4, n. 1/2, p. 41-57, p. 41, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997.

²⁴ *Ibid.*, p. 43

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte também tinha como meta a publicação da Revista do Instituto, a qual começou a ser publicada em 1903. Até 1907, o Instituto publicou com regularidade um volume anual, sendo editado pela *Gazeta do Comércio* e o *Jornal d'O Século*, ambos sediados no Rio Grande do Norte.

Ainda de acordo com Karla Menezes, os cinco primeiros volumes da *Revista* obedecem a seguinte classificação de acordo com a sua organização interna:

- Transcrição de discursos proferidos nas sessões do Instituto, sobretudo naquelas solenes e comemorativas;
- Transcrição de documentos, que seriam mais volumosamente publicados a partir do sexto volume da Revista em coluna denominada "Arquivo";
- Resumo das atas das sessões do Instituto, que descrevem sumariamente as atividades e discussões empreendidas pela instituição;
- Notas biográficas e necrologias;
- Textos relativos à história, geologia e geografia do Estado²⁵.

Além de servir como arquivo, o Instituto Histórico e Geográfico do RN desempenhava também as funções de museu e biblioteca já desde sua criação, em 1902. Funções essas que continuam, ainda nos dias atuais, servindo como base para o trabalho cotidiano da instituição. No entanto, ao se preocupar em guardar, ou melhor, acumular, peças de museu, livros, revistas, periódicos, dentre outros objetos, o IHGRN superlota de material as suas instalações físicas, as quais não têm condições de armazenamento adequado. Isto é, há muitos livros empilhados, sem organização adequada; não há condições de se promover desinfestações nos papéis; as instalações elétricas são precárias; há o convívio de materiais oxidantes com documentos raros; os próprios membros e alguns funcionários da casa não se preocupam com o manuseio das coleções, uma vez que pegam em papéis já antigos sem máscaras e, principalmente, luvas.

²⁵ MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. p. 43-44.

A pesquisa empreendida por Karla Menezes sobre a Revista do IHGRN foi um trabalho pioneiro no Estado. Ao estudar a historiografia produzida pela Revista entre os anos de 1902 e 1907, ela observou que a Revista

[...] foi moldada dentro de um padrão que, de modo geral, caracterizou-se as publicações dos Institutos Históricos e Geográficos. Seguindo uma tradição iniciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o instituto norte-rio-grandense reservou em sua Revista, por exemplo, e desde sua primeira publicação, um espaço dedicado especialmente às biografias e necrologias dos seus sócios, cuja função parece transpor os limites da simples homenagem àqueles que integrariam a instituição através do tempo. Mais do que homenagem, esses breves biografias e elogios fúnebres constituíam-se, em certo sentido, em espaços através dos quais eles que faziam a instituição podiam ter cultuadas e perpetuadas suas imagens. Não obstante este papel que assumem, as biografias e necrologias representam também as bases, ou mesmo os primeiros indícios, de uma futura historiografia, sobretudo a nível político, pautada nos “grandes personagens históricos do Estado”, tendo-se em consideração boa parte daqueles que integravam a instituição, e eram biografados, participaram da história política do rio Grande do Norte.²⁶

Outro ponto de importância para Karla Menezes é que os textos históricos publicados pela Revista, em seus primeiros volumes, concentram-se em três temáticas básicas: “Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Índios Célebres do Rio Grande do Norte e Holandeses no Rio Grande do Norte”²⁷.

Mas, mesmo na década de 1940 a Revista do IHGRN ainda está com seus temas principais girando em torno dos acontecimentos ligados ao “desbravamento colonial”, como, por exemplo, o destaque dado a Felipe Camarão, o índio mais célebre do Estado; ao período imperial, como um artigo biográfico sobre os barões potiguares; e do início da República, como um artigo relacionado aos pedidos de ajuda a Mossoró devido a seca de 1915, por exemplo. Logo, na década de 1940 são poucos os comentários a acontecimentos contemporâneos, como, por exemplo, o Estado Novo e o Estado de Guerra em Natal.

²⁶ MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. p. 44.

²⁷ Ibid., p. 45.

Além de que, o IHGRN não se ocupava em discutir metodologias de pesquisa, ou mesmo, um projeto de história. Os debates sobre as fontes utilizadas na construção dos textos da Revista são inexistentes, uma vez que nota-se muitas vezes a compilação de trechos de outros autores, mas sem que se faça a devida referência ao trabalho ou ao documento.

Sendo assim, nota-se que não houve mudanças significativas na forma de se conceber a historiografia produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte entre a sua criação, em 1902, e a década de 1940, mais especificamente 1947, ano limite desta pesquisa.

Nos dias atuais, o IHGRN continua a desempenhar suas atividades tridimensionais, arquivo-biblioteca-museu, e a organizar sessões solenes para homenagem aos “grandes nomes” do Estado. O que deixa claro que continua desempenhando seu papel de “construtor de uma história oficial do RN” tal qual se fazia há 103 anos atrás.

CAPÍTULO 3

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA VISÃO HISTORIOGRÁFICA ENTRE 1941 E 1947

Análises historiográficas são recentes no Brasil e no Rio Grande do Norte também. Nos propomos a trabalhar com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, que anteriormente teve seus cinco primeiros volumes (1902 – 1907) pesquisados por Karla Menezes em sua monografia de graduação em História. Os volumes correspondentes aos anos de 1930 a 1935 estão sendo estudados por Sarah da Mata em sua monografia de conclusão de curso. O que demonstra o crescente interesse pelo tema como meio para entender como se desenvolveu o conhecimento histórico em nosso Estado. Nos propomos a trabalhar um novo recorte temporal, a década de 1940 no RN, mais especificamente os anos de 1941 à 1947, que mesmo sendo um período tido como alvo de muitos trabalhos na área de história, percebemos a carência em estudos históricos que se proponham a fazer uma análise da historiografia produzida nesse período.

O que pressupõe a necessidade de se estudar o aspecto social contido na historiografia produzida pela Revista do IHGRN, tendo em vista a participação dos seus autores como agentes em uma sociedade em transformação, uma vez que é na década de 1940 que Natal sofre transformações estruturais em sua sociedade, cultura e economia, devido a presença norte-americana na cidade. Sendo assim, faz-se necessário o questionamento aos valores contidos nos textos da Revista do IHGRN, assim como determinados papéis vividos por seus autores.

Desde a criação do IHGB, e no caso do Rio Grande do Norte, do IHGRN, assim como da Paraíba, do IHGP, é possível visualizar com

[...] maior precisão e vinculação entre o 'governo constituído' e a produção do conhecimento, de uma 'história oficial'. Ou seja, uma parte significativa dos produtores do conhecimento histórico encontra-se, de uma forma ou de outra, ligada aos 'governos constituídos', fazendo parte e/ou atuando em suas instâncias burocráticas e usufruindo suas benesses²⁸.

Ao analisar a produção historiográfica de um período como a década de 1940, é importante compreender em que a historiografia da *Revista do Instituto* se enquadra no contexto da produção histórica nacional a partir de 1934²⁹, quando se encerra a fase dos historiadores eruditos / autodidatas e tem-se início o trabalho historiadores profissionais, professores e historiadores formados nos quadros universitários. Pois, é nos anos 1930 em que, segundo Mota, se modificou significativamente o quadro dos estudos históricos no Brasil.

Por isso, o interesse em buscar conhecer o que levou os historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte a uma produção historiográfica que, mesmo na década de 1940, buscava manter a idéia de uma 'identidade potiguar', assim como se fazia nos primeiros anos do século XX³⁰, tendo em vista que, nos anos 40, Natal vivia uma realidade cultural completamente diferenciada das demais capitais do Nordeste, e mesmo do Brasil, devido a instalação da base aérea americana na cidade. Período de relevante importância para a história do Rio Grande do Norte e, especialmente, para a capital do Estado. Pois, Natal passa por uma série de transformações culturais e estruturais ocasionadas pela política de apoio aos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial, realizada pelo Governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Esse apoio do governo brasileiro aos americanos

²⁸ CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*, p. 60.

²⁹ Os anos de 1934 e 1935 são um marco para a produção histórica nacional, pois são os anos de criação das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, respectivamente.

³⁰ No início do século XX, os temas que comumente integravam os volumes da *Revista* eram relativos à administração local e às invasões holandesas. O uso dessas temáticas foi proporcionada, de acordo com Karla Menezes, também pela escassez de documentos e mesmo de bibliografia sobre outros campos da história do Rio Grande do Norte.

marcou a história de Natal em 1942, ano em que se instalou definitivamente a Base Aérea do Natal, no campo de Parnamirim, consolidando a força militar já presente na cidade através da já instalada, em 1941, Base Naval do Natal.

Logo, a década de 1940 é de extrema importância para a cidade do Natal, devido a caracterização deste período como sendo de grande modificação social, econômica e cultural na cidade, e até mesmo pelo caráter inovador que a cidade passa a ter com os novos hábitos e costumes adquiridos por sua população, os quais se diferenciavam das demais capitais nordestinas, ou mesmo do Sul e Sudeste do Brasil. Pois,

A vida do natalense corria sossegada, sem os atropelos da cidade grande, antes da Segunda Guerra Mundial. Durante o dia, todos se preocupavam com seus afazeres cotidianos. À noite as pessoas ficavam nas calçadas para conversar até a hora de dormir. Mas com a chegada dos americanos, a cada dia morria um pouco do que era tradicional, e assim a cidade ia adquirindo novos hábitos, ficando semelhante a uma cidade grande; com isso foram frequentes a presença de artistas famosos e um maior número de festas.³¹

Com a presença dos americanos em Natal, o povo natalense iria imitá-los em todos os sentidos, começando pelo falar e escrever, até imitar seus costumes como: comer alimentos enlatados, chocolates, biscoitos, coca-cola, goma de mascar.³²

No que se refere a moda, o natalense também passou a imitá-los. Passaram a usar camisas esporte, shorts, botas. Era a sociedade natalense envolvida com uma sociedade avançada, e que aos poucos foi se transformando em todos os aspectos o modo de vida, principalmente os jovens.³³

Na análise da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, no período entre 1941 e 1947, notamos que a produção historiográfica nela presente não apresenta preocupações teórico-metodológicas, uma vez que a história apresentada está condicionada a um trabalho historiográfico ainda nos moldes do “elitismo intelectual”, onde a

³¹ OLIVEIRA, Lélío Batista. *O desenvolvimento de Natal com a presença americana durante a II Guerra Mundial*. 1993. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal. p. 11

³² CLEMENTINO, Maria apud Ibid., p. 14

³³ OLIVEIRA, Lélío Batista. Op. cit., p.14

“noção de produção cultural, reinstaurando o conceito de processo ideológico, menos atento às continuidades [...] que às descontinuidades”³⁴, como se observava no século XIX. Pois, a produção histórica presente na *Revista* está centrada em temas referentes a definição dos caracteres territoriais e culturais do Estado, enquanto a produção histórica no Brasil já enfrentava modificações estruturais desde a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, quando se passou a entender a história a partir de referenciais acadêmicos. Mesmo os primeiros frutos da universidade brasileira tendo consolidado-se apenas nos anos de 1948 e 1951.

Sendo assim, mesmo com a profissionalização dos historiadores observada a partir de 1934, não são observadas mudanças na forma de trabalhar os temas e as fontes pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte durante a década de 1940, ou seja, os temas e fontes continuam sendo objetos para o estudos históricos tal como se fazia em 1902, quando da criação do IHGRN. As produções feitas por esses historiadores e publicadas na *Revista*, muitas vezes, não chegam a aproximar-se de uma real análise, pois os artigos nela publicados podem ser caracterizados como textos de descrição de aspectos da história e da geografia do Estado e de textos memorialistas, enaltecendo personalidades norte-rio-grandenses. Os quais, na maioria das vezes, limitavam-se a dispor os fatos em uma ordem cronológica, a partir de uma relação causa x efeito, sem nenhuma problematização. O que reafirma o tratamento dado pela sociedade natalense ao Instituto Histórico e Geográfico do RN, tratando-o como “Casa da Memória Potiguar”, pois a instituição é vista ainda nos dias atuais como instrumento de afirmação coletiva da “identidade potiguar”, mesmo decorridos 103 anos de sua criação.

³⁴ LEITE, Dante Moreira apud MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, p. 82

Nos seis volumes da *Revista do Instituto* correspondentes aos anos de 1941 à 1947, notamos que, mesmo causando impactos imediatos na sociedade natalense, a deflagração do estado de guerra na cidade do Natal, devido a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, não foi alvo de comentários pelos membros do IHGRN. Uma vez que na *Revista do Instituto* sobre o tema em questão só foram escritos dois artigos: um texto em homenagem ao Major Jonatas de Moraes Correia, que chegara a Natal e era membro do Instituto Histórico Militar do Brasil; e a transcrição de um noticiário sobre a II Guerra veiculado pelo rádio em Natal, que abordava as razões que levaram o Brasil a declarar guerra aos países “do Eixo”, ao lado dos “Aliados”.

Nas páginas da *Revista do Instituto* estão as atas das sessões realizadas pela instituição. Nelas podemos perceber quem são os membros da direção do IHGRN³⁵ e o que era discutido durante as sessões da casa.

Em termos gerais, observamos que haviam poucas reuniões ordinárias, resumindo-se a uma ou duas por ano, e estas nunca ocorriam entre os meses de junho a dezembro por “motivos imperiosos”, segundo a própria *Revista*. Notamos que as demais sessões realizadas no IHGRN, caracterizavam-se por ser reuniões de homenagem³⁶ e palestras sobre a história do Estado. Esses dois tipos de reuniões realizadas pelo Instituto inserem-se em um contexto nacional, assim como a produção historiográfica da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, na década de 1940, insere-se em um período em que uma das políticas do Estado Novo, pelo menos até 1943, era a recuperação do passado histórico brasileiro que “passara a integrar também um verdadeiro calendário de comemorações a centenários de acontecimentos, de nascimento ou morte dos mais notáveis

³⁵ Ver anexo 1: tabela da direção do IHGRN entre os anos de 1941 e 1949.

³⁶ As sessões de homenagem promovidas pelo IHGRN comemoravam centenários de personalidades potiguares, como Augusto Severo, por exemplo; e recepções a militares que vinham a Natal devido a Campanha de Guerra.

vultos e instituições da história do Brasil”³⁷. As comemorações têm um papel fundamental para a consolidação da história e da identidade local. Pois, refletem as “relações entre imaginário comemorativo e a constituição de uma memória coletiva, o que na prática significa a pretensão de consagrar um passado”³⁸.

Sendo assim, as cerimônias comemorativas são representações culturais, e ideológicas, ligadas a forma “como as sociedades organizam e selecionam o que deve ser lembrado, ao passo que criam os mecanismos capazes de penetrar no imaginário social, facilitando o ato de lembrar”³⁹.

Como exemplo desse processo de recuperação do passado histórico temos um artigo publicado no jornal natalense *A República*, em 01 de abril de 1942, que fala sobre a realização da sessão comemorativa dos 40 anos do IHGRN e da morte do norte-rio-grandense Augusto Severo. Segundo o qual:

O Instituto se projetou para o futuro, reflexo, também do governo de Alberto Maranhão⁴⁰, cujos pontos luminosos nunca deixaram de existir no panorama físico e intelectual do Estado. Hoje, decorridos quarenta anos, a agremiação nascida dos argumentos do desembargador Lemos, após a questão de Grossos, é uma realidade palpável, com um rico patrimônio cultural e histórico que honra o Estado. Basta

³⁷ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1999. p. 21

³⁸ CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*, p. 11

³⁹ *Ibid.*, p. 11

⁴⁰ O governo de Alberto Maranhão, representa o poder da oligarquia dos Albuquerque Maranhão no Rio Grande do Norte, sem abalos até 1913. De acordo com Denise Mattos, o período da República Velha foi marcado pela “autonomia financeira dos estados, permitindo a apropriação pelas oligarquias de rendas antes centralizadas pelo Império, deu novo impulso à modernização de muitas capitais, sedes do poder administrativo desses estados, onde as oligarquias exerciam seu poder.

No caso de Natal, [...] adiantou-se a construção da Praça Augusto Severo, na Ribeira, foram calçadas várias ruas e abertas avenidas que iriam originar a então chamada “Cidade Nova” – os atuais bairros de Tirol e Petrópolis. [...] O aceleramento da urbanização, privilegiando-se “algumas ruas e residências da Ribeira e Cidade Alta, deu-se com a chegada da energia elétrica à capital, inaugurada no dia do aniversário do governador Alberto Maranhão (1911), com a expansão do sistema de água e esgoto (1910), com a melhoria dos transportes urbanos, através de bondes elétricos (1911) e com os primeiros telefones” (MONTEIRO, Denise. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002. p. 215 – 216). E, ainda a construção do Teatro Carlos Gomes, na Ribeira, inaugurado em 1904.

citar-se a sua revista... Depois se referiu o presidente da sessão aos saudosos consócios desaparecidos, desembargador Sebastião Fernandes e dr. Vale Miranda, destacando Nestor Lima o carinho e a abnegação com que se dedicaram aos destinos do Instituto.⁴¹

Uma das sessões da *Revista* é a de *Necrologia* dos membros do IHGRN, onde se resgata a biografia e, em alguns casos, a importância social daqueles membros falecidos nos anos correspondentes a cada número da *Revista*. É através da sessão de *Necrologias* que podemos conhecer os membros da instituição, assim como sua formação, atuação profissional e se estes tinham alguma ligação com militância política⁴². Aos lermos esta sessão podemos perceber a intenção de consagrar o nome dos membros do IHGRN, pois os textos da *Necrologia* passam para o leitor a idéia de que aquele membro do Instituto deve ser visto como um “homem notável” e membro da intelectualidade norte-rio-grandense.

Os temas abordados pela *Revista do Instituto*, no período entre 1941 e 1943, tratam da identidade territorial e cultural do Rio Grande do Norte, dentre os quais podemos destacar: os problemas na *demarcação territorial da região Seridó* com o Estado da Paraíba (séc. XIX); os barões norte-rio-grandenses (séc. XIX); *árvore genealógica* da família Navarro⁴³ (levantamento familiar que se inicia no séc. XVII e vai até meados do séc. XX); a *história do município* de Ceará-Mirim; as *tentativas de solução à seca de 1915* em Mossoró; e as questões relacionadas à identidade nacional brasileira⁴⁴.

⁴¹ Artigo de jornal transcrito na REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 42, 1946.

⁴² Entre os sócios do IHGRN falecidos entre os anos de 1941 e 1947, nota-se que a sua maioria passou pela Faculdade de Direito de Olinda, PE; e atuavam profissionalmente nas áreas de educação, magistratura e administração pública. Ver anexo 2, cuja tabela foi elaborada de acordo com a sessão *Necrologia* da *Revista do Instituto* – 1941 a 1943, e 1944 a 1947, respectivamente.

⁴³ José Augusto, membro do IHGRN, era membro de um dos ramos da família Navarro.

⁴⁴ Através de palestras, inclusive de militares, membros do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil.

Já no período entre 1944 e 1947, os temas que fazem a *Revista do IHGRN* referem-se: à publicação de fontes primárias na coluna *Arquivo*; à exaltação a algumas personalidades da história do Estado; à relação entre os nomes das ruas da cidade de Natal e o IHGRN, uma vez que este último listava os nomes que deveriam ser homenageados publicamente ao nomear as ruas natalenses; à região Seridó; além de textos em comemoração à centenários de cidades e personalidades históricas do Estado.

Estas temáticas abordadas pelo Instituto na década de 1940 continuam tendo um tratamento histórico tal qual os temas alvo da *Revista* nos seus cinco primeiros anos. Pois, segundo Karla Menezes, as temáticas que

[...] definem a primeira etapa do esforço historiográfico do Instituto, embora digam respeito a um mesmo contexto histórico, a do 'desbravamento colonial', não traduzem exatamente um projeto objetivo de construção da história do estado a partir dos primórdios da colonização, como poderia ter proposto objetivamente o Instituto, ao lançar-se à produção historiográfica sobre o estado.⁴⁵

Embora não tenha existido uma preocupação com um projeto historiográfico a ser desenvolvido pelo IHGRN em seus primeiros anos, o que era até justificável já que nesse período o exercício historiográfico era pouco discutido mesmo em nível nacional. Não há como usar essa mesma justificativa para a forma como as temáticas eram abordadas na década de 1940, uma vez que a discussão sobre o exercício historiográfico já existia no meio acadêmico brasileiro desde a criação da Universidade de São Paulo e do Distrito Federal. Por isso, nota-se que os intelectuais membros do IHGRN continuam em seu ciclo de "solidão autodata", onde o que prevalece é o esforço e o interesse individual, e onde um projeto

⁴⁵ MENEZES, Karla. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907*, p. 45

historiográfico com objetivos específicos para a produção do Instituto continua sem fazer parte das discussões da instituição em suas reuniões, pois não há nenhum registro em suas atas de reuniões.

Entre os autores dos textos estudados, apenas José Augusto fala sobre as fontes documentais consultadas para a sua produção historiográfica, mas trabalha o documento como fonte de verdade histórica. Embora haja também a presença de trechos de documentos em alguns outros textos, mas apenas como forma de dar ênfase ao fato abordado, sem preocupação alguma com a crítica documental.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DE TEXTOS CONTIDOS NA REVISTA DO IHGRN: 1941 - 1947

O texto em homenagem ao major Jonatas de Moraes Correia refere-se à sessão extraordinária realizada pelo IHGRN, em 25 de fevereiro de 1942, no qual se trata da importância da criação do Instituto Histórico Militar do Brasil, do qual o referido major é membro e delegado.

Segundo ele, a criação deste Instituto é relevante para o estudo da história militar do Brasil por ser “[...] indispensável à pesquisa dessas causas (determinantes da guerra), visto que elas esclarecem e justificam atitudes, nos instruem sobre a possibilidade dos beligerantes e fornecem elementos para ajuizarmos, com segurança, a responsabilidade de cada um”.⁴⁶

No texto “Recepção ao Major Jonatas de Moraes Correia”, há um sentimento ufanista, tanto por parte dos historiadores potiguares ao exaltarem a pessoa do major enquanto exímio conhecedor da identidade nacional brasileira, quanto do próprio Major Moraes Correia ao discorrer sobre o sentimento de brasilidade através dos “heróis potiguares” Felipe Camarão, Pe. Miguel Castro e André de Albuquerque Maranhão.

Vale salientar que o Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil continua ativo. Recentemente, a *Revista nossa história* publicou um artigo de Aureliano Moura, general-de-divisão médico reformado e presidente do Instituto, sobre a precária forma de treinamento militar e de combate dos pracinhas da FEB na II Guerra Mundial. O artigo de Aureliano Moura está, ainda, marcado por uma forma factualista e descritiva de escrever história.⁴⁷

⁴⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 96, 1946.

⁴⁷ MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 16-20, jan. 2005.

No texto “As razões do Brasil no conflito Mundial”, Nestor dos Santos Lima faz a transcrição do noticiário lido na Rádio Educadora de Natal, inaugurando a série promovida pelo Comando da Guarnição e pela Liga de Defesa Nacional, em 26 de agosto de 1942, na “Campanha de Desagravo do Brasil”. Segundo o qual, as forças do eixo estavam com forças submarinas nas águas do “Atlântico Sul, procurando, pelo terror e pela iniquidade dos processos bélicos, (...) reduzirmos à condição de vassalos, ou caudatarios da sua tirania”.⁴⁸

Em seu texto, Nestor dos Santos Lima retoma a idéia de “identidade nacional” para justificar a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como nação digna de defender as “normas basilares do direito internacional”⁴⁹. Para ele, a nacionalidade deve ser defendida e reafirmada perante as potências mundiais da época, e para tal o Brasil deveria ter como objetivo a defesa da jurisdição da “Carta do Atlântico Norte”, que deixa as nações (desarmadas) submetidas às Cortes Internacionais, onde estas nações deveriam ser igualmente tratadas.

O autor lamenta que os brasileiros tenham que lutar contra nações que ajudaram na formação do Brasil, uma vez que Alemanha e Itália forneceram grandes contingentes de imigrantes para servir de mão-de-obra no Brasil após a abolição da escravatura, em 1888. Segundo Nestor Lima, os imigrantes vindos desses dois países “[...] cujo trabalho proficuo e civilizador devem nossos irmãos do Sul, um grande e notavel surto de progresso material e de *melhorias raciaes* (grifo nosso), consoante eu tive ensejo de verificar e observar [...] nos fins dos anos de 1940”.⁵⁰

As melhorias raciais para Nestor Lima se enquadram na teoria do branqueamento da

⁴⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 128, 1946.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid., p. 129

civilização brasileira, de Oliveira Viana. Segundo a qual as pessoas poderiam ser enquadradas em uma tabela de categorias equivalentes ao padrão físico de cada grupo racial. Na realidade, para os setores mais conservadores, essa questão das melhorias raciais está, mesmo na década de 1940, ainda relacionada à construção e afirmação de uma identidade nacional brasileira baseada na idéia de uma nação enquanto herança européia, isto é, onde negros e índios aparecem à margem do processo de identificação do nacional.

Nota-se que Nestor Lima trabalha em seu texto a questão das ideologias totalitárias, mas não faz referência alguma ao totalitarismo centralizador de Getúlio Vargas no Brasil, que segundo a Carta Constitucional de 1937:

[...] implantaria um regime autoritário, reforçando os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-lei, ampliando a possibilidade de intervenção do governo federal nos estados pela reativação das interventorias e abolindo, pelas chamadas disposições finais e transitórias, o Poder Legislativo, aos níveis nacional, estadual ou municipal.⁵¹

Em seu texto, Nestor dos Santos Lima retoma o nacionalismo brasileiro como argumentação ideológica para que a população aceitasse e apoiasse o estado de guerra. Para tal, Nestor Lima retoma a *declaração de estado de guerra* no Brasil durante a 1ª Guerra Mundial, quando a guerra submarina entre Alemanha e Inglaterra restringiu e impossibilitou aos países neutros da América do Sul a praticarem o comércio com a Europa, o que acabou levando os navios brasileiros “Paraná”, “Acari”, “Cuiabá” e “Macau” ao naufrágio, devido ataques de torpedos alemães. Esta *declaração de estado de guerra*, segundo Nestor Lima, apoiada pela Nação, se estendeu de 27 de outubro até a data do armistício, em 11 de novembro de 1918.

⁵¹ DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder – relações de classes. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 110.

Para justificar a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, Nestor Lima trabalha a nota diplomática de 22 de agosto de 1942, expedida à Alemanha e Itália pelo Ministro Oswaldo Aranha, a qual compreendia as razões e causas para uma participação direta do Brasil nesse conflito:

[...] ‘a nossa soberania, a nossa Dignidade, a nossa Segurança e a da America’, repelindo com a força, as agressões de que temos sido vítimas injustificadas.

Desde o torpedeamento e afundamento dos navios nacionaes [...], até á inominavel vilania praticada [...], em que foram sacrificadas vidas e interesses, trucidados cidadãos e militares emeritos [...] além de incalculavel patrimonio economico, com flagrante violação de todas as leis da Humanidade e das regras do direito internacional, tudo contribuiu para excitar e exaltar os ânimos de todos nós brasileiros e para demover a conduta retilinea do Governo Nacional [...].

A solidariedade continental, em face da agressão ao paiz irmão lider das Americas, a 7 de dezembro de 1941, ou a ‘infamia de Pearl-Harbour’ [...], a internação truculenta dos nossos compatriotas, que se encontravam na França ocupada e que foram conduzidos aos campos militares de Compiégne, o motêjo e mofina na emissora Nazista de Berlim, todos os dias e noites, sobre atitudes e fatos da vida brasileira, sempre ridicularizados e deprimidos, infelizmente na nossa propria lingua materna [...].

[...] da agressão sofrida entre 15 e 16 deste mês corrente (agosto de 1942), dentro do ‘mar territorial’, nas alturas do Rio Real, por cinco navios brasileiros, em trafego de cabotagem [...].⁵²

Segundo as causas apontadas para a entrada do Brasil na II Guerra Mundial figuram entre questões político-econômicas⁵³ e de cunho nacionalista, que buscam imprimir na

⁵² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 132-135, 1946.

⁵³ De acordo com Antônio Mandes Júnior, “no início da guerra, era positivamente manifesta a simpatia de Getúlio pelo “Eixo” e pelos governos de Hitler e de Mussolini. Em vários discursos dessa época, chegou a legiar o sistema fascista; sua legislação sindical era nitidamente inspirada na “Carta del lavoro” italiana.

[...] não era possível deixar de lado os compromissos geopolíticos de nosso país, nem esquecer os fortíssimos laços econômicos que nos ligavam aos Aliados, principalmente aos Estados Unidos. [...] A aparente “neutralidade” dos Estados Unidos no começo do conflito não os impedia de fornecer armas, munições e alimentos aos Aliados, nem de exercer pressões sobre o Brasil e outros países de sua órbita de influência para que fizessem o mesmo. Com muito mais força se fizeram sentir tais pressões depois que os Estados Unidos entraram na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbour. De nada adiantaram as simpatias de Vargas ou as contraposições alemãs: continuamos a comerciar com os Aliados e a fornecer-lhes alimentos. Mas isto já não bastava aos norte-americanos. Precisavam do Brasil como ponto de instalação de bases aeronavais que permitissem o patrulhamento do Atlântico Sul. Fernando de Noronha e Natal, por exemplo, seriam locais estratégicos nesse sentido. E assim, as pressões aumentaram,. Vultuosos empréstimos foram colocados à disposição do governo brasileiro (como por exemplo, ... a quantia de vinte milhões de dólares para a formação da Companhia Siderúrgica Nacional). (ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 227-228.).

população a ideologia de uma cultura nacional a ser defendida pelo governo e pelos cidadãos brasileiros. “Reparem, que estou falando uma linguagem, não do nacionalismo apenas político, mas de nacionalismo cultural. Não acham que será interessante ‘julgar’ os povos da terra, não através da cultura francesa, inglesa, ou alemã, mas através da nossa própria cultura”.⁵⁴

O autor também transcreve a visão da imprensa natalense sobre a série de conferências da rádio educadora sobre o Estado de Guerra instaurado na cidade em 1942.

O artigo do Jornal *O Diário*, órgão independente, traz como título “ALERTA, BRASIL! Pela Pátria, contra o Eixo”⁵⁵, comenta a conferência de Nestor Lima na REN, de forma um tanto quanto ufanista em relação ao nacionalismo brasileiro exaltado pelo advento da Guerra. Pois, segundo o artigo: “a sua conferência foi, não ha negar, uma peça de nobre civismo, vasada num estilo elegante e que bem tradús todo o *sentir da Pátria Brasileira, contra a matilha nazista* (grifo nosso), que, em breve, receberá do Brasil o merecido e implacavel castigo”.⁵⁶

Enquanto que o artigo, transcrito pelo autor, publicado pelo jornal *A República*, órgão oficial do Estado, traz como título: “VERBERANDO OS ATAQUES NAZISTAS CONTRA O BRASIL – Uma semana de palestras na Radio Educadora de Natal sobre as pretensões da Alemanha em nosso país”⁵⁷. Resgata a importância da intelectualidade para a divulgação da ideologia do Estado Novo enquanto defensor de uma pretensa honra nacional, perante a população em geral. Essa intelectualidade natalense será representada nas conferências da REN por civis ligados às instituições que concebem e resguardam a identidade local e,

⁵⁴ A concepção de cultura nacional aqui empregada é a mesma que advém do pensamento de Artur Ramos sobre o sistema ideológico presente no Brasil autoritário do Estado Novo. (RAMOS, ARTUR apud MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). p. 89.

⁵⁵ O DIÁRIO, p. 1, 28 ago. 1942.

⁵⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 136, 1946.

⁵⁷ A REPÚBLICA, 23 ago. 1942.

mesmo, nacional: Nestor dos Santos Lima, Américo de Oliveira Costa, desembargador Antônio Soares, Padre José Pereira Neto, Edilson Varela e Luis da Câmara Cascudo; e os militares: Tenente-coronel Pery Constant Bevilaqua e o Comandante Lopes da Cruz.⁵⁸

O artigo da *Revista do Instituto* sobre os barões norte-rio-grandenses retoma os nomes, e histórico familiar, das personalidades do Estado à época do regime imperial. Este artigo, na realidade, é uma espécie de texto genealógico onde o seu autor, Luis da Câmara Cascudo, trabalha a importância particular de cada norte-rio-grandense que recebeu do Imperador o título de barão, e a sua formação familiar, em especial no que trata de sua descendência.

As personalidades destacadas por Cascudo em seu texto, são: o Barão do Ceará-Mirim, Manoel Varella do Nascimento (1803-1881); o Barão do Mipibú, Miguel Ribeiro Dantas; o Barão de Serra Branca, Felipe Nery de Carvalho e Silva (1829-1893); e o Barão do Assú, Luis Gonzaga de Brito Guerra (1818-1893).

Câmara Cascudo caracteriza cada um desse “homens notáveis” da história do Estado utilizando fatos relacionados ao título de barão cedido a eles pelo governo imperial e que marcaram as suas vidas, e, conseqüentemente, a história do RN.

Cascudo ao discorrer sobre o Barão do Ceará-Mirim, “o Imperador atendendo aos irrelevantes serviços prestados á instrução pública, é que o agraciou. Manuel Varela construíra o edificio em que está funcionando o grupo escolar de Ceará-Mirim e o doára ao municipio”⁵⁹.

⁵⁸ Respectivamente, presidente do IHGRN e do Conselho Penitenciário do Estado, Chefe do Gabinete do Interventor Federal, presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, representante do clero natalense, representante da Liga de Defesa Nacional e diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, presidente da Sociedade Folclórica do Brasil; comandante do Grupo de Artilharia Antiaérea sediada em Natal, e comandante do grupamento da Marinha de Guerra do Brasil.

⁵⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 41, 1946.

Ainda segundo Cascudo, o Barão do Mipibú era um grande proprietário de terras na região dos rios Mipibú e Ceará-Mirim. Um dos descendentes do Barão foi Olinto Meira (1829-1901), administrador da província do RN entre 1863 e 1866, e que “foi deputado geral da Parahíba (suplente do Barão de Mamanguape) e provincial do RN, no biênio de 1878-78, ensaísta, poeta, orador e jornalista (...)”⁶⁰. O Barão do Mipibú haveria recebido o título por ter “mandado erguer um prédio para escolas e doou-o ao município. [...] E sua majestade o Imperador, na carta de mercê, naturalmente atendeu aos serviços prestados à instrução pública”⁶¹.

O Barão de Serra Branca, segundo Cascudo, “não fizera edifícios para escolas”, mas “quando se deu o movimento abolicionista no Assú (1884) Felipe Nery libertou a escravaria sem condições...”⁶².

Já o Barão do Assú, é tido por Cascudo como uma importante figura do Estado no período imperial por ter se destacado como magistrado, chegando a ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, em 1886. O Barão foi ainda Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Rosa, além de ter sido “o único” barão norte-rio-grandense que “não solicitou a ‘graça’. Nem sequer requereu o diploma...”⁶³.

Em seu texto, Câmara Cascudo explora essas personalidades do Estado como forma ideológica de retomar a formação da identidade local alicerçada na importância histórica da elite potiguar, a qual tanto na década de 1940 quanto no período imperial tem laços familiares

⁶⁰ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 45, 1946.

⁶¹ Ibid.

⁶² Ibid., p. 46

⁶³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, p. 47, 1946.

explícitos. Como é o caso, por exemplo, de José Augusto e de Felipe Guerra⁶⁴.

Logo, podemos observar a partir desse texto de Cascudo, uma concepção de história “que não é só oficial, factual, de heróis, mas é, sobretudo, mitificada (...). Pensada e escrita para a contemplação, não para o engajamento e a inserção de sujeitos históricos”⁶⁵.

Outro tema de relevância para a *Revista* do IHGRN são as comemorações de aniversários de acontecimentos memoráveis para a história do Estado, como também os centenários de cidades e personalidades do RN. Dentre os quais podemos destacar: a comemoração do centenário do Dr. Souto, do 41º aniversário da morte de Augusto Severo, o centenário do Barão do rio Branco, e o centenário da cidade do Assú.

Essas comemorações estão presentes no calendário do IHGRN, por tratar-se de uma instituição responsável pela “divulgação de um determinado saber, de uma representação do passado, (que assim) contribui com a manutenção da hegemonia de um determinado grupo social no poder”⁶⁶. Isto é, o Instituto Histórico tem uma função social bastante clara, pois é a instituição responsável por selecionar e organizar o que deve ser lembrado pela sociedade, “ao passo que cria os mecanismos capazes de penetrar no imaginário social, facilitando o ato de lembrar”⁶⁷.

Sendo assim, essas datas comemoradas por instituições oficiais, como é o caso do IHGRN, têm o sentido de introduzir “os princípios formadores de uma de uma memória coletiva social”⁶⁸. Portanto, a comemoração é realizada “sempre com o objetivo de estimular a

⁶⁴ Ambos membros do IHGRN na década de 1940. O primeiro, fazia parte da família Navarro, uma das responsáveis pela colonização do interior do Rio Grande do Norte ainda nos primeiros anos do século XVII; e o segundo, é um dos descendentes do Barão do Assú.

⁶⁵ DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*, p. 14.

⁶⁶ CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*. p. 13

⁶⁷ *Ibid.*, p. 11

⁶⁸ *Ibid.*, p. 36

recordação de um passado e, ao lembrá-lo, reafirmá-lo ao conjunto da sociedade; organiza, seleciona, ratifica o que deve ser lembrado e cria mecanismos capazes de penetrar no imaginário social, facilitando o ato de lembrar”⁶⁹.

Ao selecionarmos os textos para análise, não buscamos fazer críticas aos seus autores ou à instituição a que pertencem. Mas, entender os motivos e os meios que levam a história produzida pelos institutos históricos, em especial, o IHRGN, a manterem a “característica de fazer apologia aos grandes homens, alguns elevados à categoria de heróis, sugerindo, assim, uma concepção de história que prima pela valorização excessiva dos indivíduos no processo histórico”⁷⁰.

⁶⁹ CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*, p. 40

⁷⁰ *Ibid.*, p. 50

CONCLUSÃO

Ao desenvolvermos este trabalho foi que pudemos vislumbrar melhor a importância de instituições que tenham como meta a preservação da história e da memória local, como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, especialmente, no que diz respeito a guarda das fontes e bibliografia sobre a história local.

No entanto, observamos também que por se tratar de uma instituição que tem como meta a publicação de textos sobre a história do Estado em sua Revista, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, ela tem um projeto historiográfico que não se diferencia ao longo do tempo. Isto é, as conclusões de Karla Menezes ao estudar a *Revista* entre 1902 e 1907, os cinco primeiros anos de funcionamento do IHGRN, e as nossas análises sobre a produção historiográfica da mesma revista entre os anos de 1941 e 1947 têm muitos pontos em comum. Dentre os quais destacamos: a não revisão na forma de se entender e escrever a história por parte dos membros do IHGRN, à preferência por temas relacionados ao desbravamento colonial, à apologia aos “grandes homens” do Estado e às comemorações de datas tidas como importantes pelo Instituto.

Para que analisássemos os textos da *Revista do IHGRN*, aos quais dedicamos o quarto capítulo deste trabalho, procedemos inicialmente uma leitura cuidadosa dos volumes 38 à 43 da mesma, para que então pudéssemos fazer uma seleção que estivesse de acordo com os nossos interesses.

Já que selecionamos e fizemos julgamentos acerca da produção historiográfica do IHGRN entre 1941 e 1947, esperamos ter deixado claro que nossa pretensão não era, e jamais será, escrever *a história*, ou seja, o que na realidade objetivamos ao longo de todo este trabalho foi compreender os caminhos que levaram os membros do IHGRN a caminharem

pela história através da factualidade, da descrição dos fatos e da apologia à personagens da história local, muitas vezes elevando-os excessivamente e tornando-os “verdadeiros heróis potiguares”.

Portanto, queremos deixar claro que nossa intenção para este trabalho jamais foi fazer críticas aos autores da *Revista do IHGRN* ou à própria instituição – que os colocassem na qualidade de “falsificadores da história” e o discurso acadêmico como portador da verdade histórica. Mas, entender os motivos e os meios que levam a história por eles produzida a um caráter elitista e que representa unicamente aos grupos dominantes do Rio Grande do Norte, já que são raras as vezes que aparecem nas páginas da *Revista* texto sobre a população natalense e potiguar menos abastada.

Assim, concluímos este com a certeza de não ter esgotado o tema, mas com a confiança de ter sinalizado a importância da continuidade das análises historiográficas no/sobre o Rio Grande do Norte.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 3, cap. 4, p. 225-256.
- ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CANDEIA, Luciano. *Comemoração, memória e história do IV Centenário da Paraíba*. 2002. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. ed. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1999.
- DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.
- DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder – relações de classes. In: FAUSTO, Boris. (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e política (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 3, cap. 2, p. 77-120.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1999.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-143.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.
- MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*, Natal, v. 3/4, n. 1/2, p. 41-57, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997.
- MONTEIRO, Denise. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza, CE: Ed. Imprensa Universitária UFCE, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. 5. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 16-20, jan. 2005.

OLIVEIRA, Lélío Batista. *O desenvolvimento de Natal com a presença americana durante a II Guerra Mundial*. 1993. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 1, 1903.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 38/40, 1946.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, v. 41/43, 1950.

ANEXOS

TABELA 1 DIREÇÃO DO IHGRN NOS BIÊNIOS ENTRE 1941 E 1949

Direção do IHG RN : 1941 - 1943

Presidente	Nestor dos Santos Lima
1ª Vice-presidente	Dionísio Filgueira
2º Vice-presidente	Luis Lira
1º Secretário	Antônio Soares
2º Secretário	Matias Maciel Filho
Orador	Câmara Cascudo
Tesoureiro	Lemos Filho
Diretor Biblioteca, Museu e Arquivo	Felipe Guerra
Comissão de Fazenda e Orçamento	Varela Santiago Tomaz Salustino Joaquim Inácio
Comissão de Estatutos e <i>Revista</i>	Nestor dos Santos Lima Câmara Cascudo Antônio Soares

Direção do IHGRN : 1943 - 1945

Presidente	Nestor dos Santos Lima
1ª Vice-presidente	Dionísio Filgueira
2º Vice-presidente	Luis Lira
1º Secretário	Silvino Bezerra
2º Secretário	Lemos Filho
Orador	Câmara Cascudo
Tesoureiro	Varela Santiago
Diretor Biblioteca, Museu e Arquivo	Felipe Guerra
Comissão de Fazenda e Orçamento	Tomaz Salustino Horácio Barreto Luis Antônio
Comissão de Estatutos e <i>Revista</i>	Nestor dos Santos Lima Câmara Cascudo Antônio Soares

Direção do IHG RN : 1945 - 1947

Presidente	Nestor dos Santos Lima
1ª Vice-presidente	Dionísio Filgueira
2º Vice-presidente	Luis Lira
1º Secretário	Silvino Bezerra
2º Secretário	Lemos Filho
Orador	Câmara Cascudo
Tesoureiro	Varela Santiago
Diretor Biblioteca, Museu e Arquivo	Felipe Guerra
Comissão de Fazenda e Orçamento	Horácio Barreto Dioclécio Duarte Joaquim Inácio
Comissão de Estatutos e <i>Revista</i>	Nestor dos Santos Lima Câmara Cascudo Antônio Soares
<i>Adjuntos da diretoria:</i>	
Orador	Benício Flinho
Secretário	Calazans Pinheiro
Tesoureiro	Matias Maciel

Direção do IHG RN : 1947 - 1949

Presidente	Nestor dos Santos Lima
1ª Vice-presidente	Dionísio Filgueira
2º Vice-presidente	Luis Lira
1º Secretário	Silvino Bezerra
2º Secretário	Lemos Filho
Orador	Câmara Cascudo
Tesoureiro	Varela Santiago
Diretor Biblioteca, Museu e Arquivo	Felipe Guerra
Comissão de Fazenda e Orçamento	Horácio Barreto Aldo Fernandes Anfilóquio Câmara
Comissão de Estatutos e <i>Revista</i>	Nestor dos Santos Lima Câmara Cascudo Antônio Soares
<i>Adjuntos da diretoria:</i>	
Orador	Benício Filho
Secretário	Otacílio Cavalcanti
Tesoureiro	Rodrigues de Melo

TABELA 2 MEMBROS DO IHGRN FALECIDOS ENTRE OS ANOS DE 1941 E 1947

<i>Membros do IHGRN</i>	<i>Categoria</i>	<i>Local e ano de nascimento e falecimento</i>	<i>Ocupação como especificada no IHGRN</i>	<i>Cargo(s) público(s) que ocupou</i>	<i>Formação</i>	<i>Obra(s) publicada (s)</i>	<i>Atuação na imprensa</i>
Joaquim Manoel Teixeira de Moura	Sócio fundador	São Gonçalo (RN) - 1850 Natal - 1941	Militar Professor Professor Político	Comandante da Guarda Nacional no Estado Lente do Ateneu norte-rio-grandense Intendente Municipal de Natal	Direito (cursou até o 2º ano)		
Sebastião Fernandes de Oliveira	Sócio efetivo	Natal - 1880 Natal - 1941	Desembargador Escritor	Pres. Do Tribunal de Apelação do Estado	Direito	"Alma Deserta", "Frei Miguelinho", "Estudos de sociologia criminal", "Vida efêmera", "Da Tribuna" e "Por amor de minha profissão"	
Augusto Leopoldo Raposo da Câmara	Sócio correspondente	Ceará-Mirim (RN) - 1856 Rio de Janeiro (RJ) - 1941	Político Magistrado	Deputado Provincial Juiz Municipal Intendente Municipal	Direito		Diretor do <i>Diário de Natal</i>

Outras informações: Sebastião Fernandes foi fundador da Escola de Aprendizes Artífices de Natal
Augusto Leopoldo Raposo da Câmara foi presidente da OAB-RN.

Raimundo Moraes	Sócio correspondente	Falecido em 1941		Capitão de navio Inspetor Federal do Ensino Secundário		"Notas de um jornalista", "Na Planície Amazônica", "Cartas da Floresta", "País das Pedras Verdes", entre outros.	
Francisco Gomes Vale Miranda	Sócio correspondente	Portugal -1862 Juiz de Fora (MG) - 1942	Professor Farmacêutico	Professor do Ateneu norte-rio-grandense e Escola Normal	Farmácia		
José Cláudio Carneiro Campelo	Sócio correspondente	Escada (PE) 1886 Rio de Janeiro (RJ) - 1943	Magistrado Jornalista	Promotor Público Juiz de Direito	Direito		Colaborador em jornais da Paraíba e Pernambuco
Elviro Carrilho da Fonseca e Silva	Sócio correspondente	Nascido em Ceará-Mirim (RN) - 1868	Magistrado Jornalista	Des. Tribunal de Apelação do DF Pres. Da Comissão de Alistamento Eleitoral do DF Conselheiro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Direito		Jornalista no Rio de Janeiro

Outras informações: Francisco Gomes Vale Miranda instalou a luz elétrica e o bonde elétrico em Natal.

Elviro Carrilho teve trabalhos jurídicos publicados em: *O Direito*, *Revista Jurisprudência*, *Revista de Direito*, *Arquivo Judiciário*, *Arquivo Judiciário* e *Revista de Crítica Judiciária*, e em outros jornais do Rio de Janeiro.

João Lindolfo Câmara	Sócio correspondente	Natal - 1863 Falecido em 1943	Tipógrafo Burocrata Contador Político	Contador do Tesouro Provincial, Procurador fiscal, Inspetor de Alfândega, Deputado Federal, Pres. do Estado (Revoluçõ de 1930)	Direito	"Projeto de Código Administrativo", "Comentários ao Regulamento de Contas Assinadas", "Na Rep. Velha", "Direito Fiscal", e "Memórias e Desvaneios".	
Alberto Maranhão	Sócio fundador e benemérito	Macaíba (RN) 1872 Angra dos Reis (RJ) - 1944	Político Jornalista Administrador	Secretário de governo, Procurador Geral do RN, Governador do RN Deputado Federal	Direito		
José Teotônio Freire	Sócio fundador	Macaíba -1858 Natal - 1944	Magistrado	Promotor Público Juiz Federal	Direito	Tradução de um trabalho de direito penal italiano.	
Cel. Eduardo Marques Peixoto	Sócio correspondente		Funcionário público	Arquivista e perito do Arquivo Nacional e do Tribunal de Contas			
Mons. Francisco de Assis de Albuquerque	Sócio correspondente	Natal - 1865 João Pessoa (PB) - 1945	Clérigo Professor	Professor no Liceu e Escola Normal da PB	Teologia		

Outras informações: João Lindolfo Câmara foi colaborador na campanha para abolição da escravatura (1888); fez propaganda republicana, proclamando o regime em municípios da linha férrea (Canguaretama, Goianinha, Nova Cruz, Papary e São José de Mipibú).

Alberto Maranhão após a Revolução de 1930, tornando-se agricultor e industrial.

Cel. Eduardo Marques Peixoto teve seus artigos publicados na *Revista do IHGRN* e em publicações brasileiras especializadas em história.

Mons. José de Calazans Pinheiro	Sócio efetivo	São Gonçalo (RN) - 1866 Natal - 1946	Clérigo Professor	Lente do Seminário Diocesano e do Curso de Madureza (Ginásio Nacional)	Teologia Filosofia		
D. Joaquim Antônio de Miranda	Sócio honorário	Goianinha (RN) 1868 Macaíba - 1947	Clérigo	Reitor do Seminário da Paraíba	Teologia		
Des. João Dionísio Filgueira	Sócio efetivo e benemérito	Mossoró (RN) 1868 Natal - 1947	Magistrado	Juiz de Direito Desembargador	Direito		
Henrique Castriciano de Souza	Sócio fundador	Macaíba - 1874 Natal - 1947	Poeta Magistrado	Procurador Geral do RN Vice-governador do RN Secretário do Tribunal Eleitoral do Estado	Direito	"Irações" (1892), "Ruínas" (1899), "Mãe" (1897), "Vibrações" (1903), "Engeitado" (1900), "A Promessa" (1904).	
Dr. Euzébio Neri Alves de Souza	Sócio correspondente	PE -1883 Fortaleza (CE) 1947	Magistrado	Diretor do Arquivo Público Cearense e Juiz de Direito	Direito	"Tibúrcio" (1937)	
D. José Pereira Alves	Sócio correspondente	Palmares (PE) 1885 Rio de Janeiro (RJ) - 1947	Clérigo Professor	Professor e Reitor do Seminário de Olinda Professor de Humanidades e Religião em PE.	Teologia		Diretor da <i>Revista Maria</i>

Outras informações: Henrique Castriciano foi fundador da Academia de Letras do RN e da Escola Doméstica de Natal.

D. José Pereira Alves foi Vice-presidente da Academia Pernambucana de Letras; era membro do IHGRN e IHGPE, da Academia Petropolitana de Letras e da Academia Fluminense de Letras.

